

O ambiente econômico internacional e o comportamento dos preços do barril de petróleo

*Antonio Carlos Fraquelli**

1 - Os antecedentes

Até os anos 50, a realização das atividades econômicas no âmbito da Economia do Petróleo era alcançada pela presença das sete grandes companhias que viabilizavam todo o processo de produção e comercialização de óleo cru; porém, a partir do período que se estendeu de 1960 a 1998, houve cerca de quatro décadas em que o intervencionismo deu a tônica ao comportamento da economia do setor. Tratou-se de um movimento que começou com a criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), em 1960, e que poderia estar se encerrando em 1998, quando se constituíram os dois maiores conglomerados petrolíferos, o Exxon-Mobil e o Royal Dutch-Shell.

No parágrafo anterior, a ação foi intencionalmente colocada no condicional — poderia —, porque não se pode deixar de lado a importância da decisão dos países que ofertam petróleo de realizarem um corte na produção a fim de buscarem um novo patamar para os preços do óleo cru. Além de essa iniciativa vir a frear o processo de liberalização em curso, por se tratar de uma decisão unilateral vem gerando imensas preocupações junto aos países desenvolvidos pela possibilidade de as economias se verem obrigadas a uma convivência iminente com a inflação.

De qualquer forma, a decisão dos produtores levou os consumidores a se prepararem também para a nova conjuntura. E assim, na década de 70, tanto a oferta — OPEP — como a demanda — Estados nacionais — criaram um ambi-

* Economista, Técnico da FEE.

ente econômico voltando as costas à liberdade de mercado, com a produção fixada em patamares abaixo do consumo; o embargo estabelecido pela OPEP em 1973 — e posteriormente em 1979 — definiu as coordenadas do lado da oferta, e as conseqüentes políticas nacionais constituíram-se nas reações do lado da procura para criarem as condições de ajuste à realidade emergente. Morse (1983) destacou que o comportamento do mercado de então levou os governos a “(...) não resistirem à tentação de arrancar às firmas privadas uma parcela crescente das receitas do petróleo”.

Nos anos 80, o conflito bélico esteve no centro da própria OPEP, com a guerra entre o Iraque e o Irã. Foram tempos difíceis aqueles em que a própria Organização viu a sua presença no mercado despencar para o controle de apenas 30% da produção mundial de petróleo; do lado do consumo, a partir de 1980 também ocorreu uma mudança brusca, pois os Estados Unidos diminuíram em 30% as suas importações de óleo cru. Nessa ocasião, a América encontrava-se sob a Gestão Reagan, e a política do governo norte-americano, segundo os termos apresentados pelo Vice-Secretário do Departamento de Energia, Danny Boggs, resumia-se a alcançar um estado de não-dependência energética. Nesse sentido, de acordo com a opinião de Boggs (1983), a meta do governo para a Reserva Estratégica Norte-Americana de Petróleo (REP) era a de elevar as reservas para não ter de se sujeitar à instabilidade política externa.

2 - O ambiente econômico internacional recente

Enquanto o ambiente econômico recente ficou marcado pela desaceleração da economia mundial, no âmbito da economia de petróleo dois fatos não menos importantes mereceram destaque especial em período recente: as fusões das empresas do setor e as eleições no Irã, o segundo maior produtor de petróleo dos países que fazem parte da OPEP. O processo de globalização avançou intensamente no setor, tendo havido uma seqüência de fusões entre as empresas de forma a se prepararem para enfrentar as exigências de competitividade que deverão imperar no início do novo século; e, paralelamente, uma eleição importante foi levada a cabo no Irã, um país com grande participação na estrutura das exportações petrolíferas mundiais.

2.1 - O desempenho da economia global

O ano de 1997 ficou marcado como aquele em que as economias da Ásia sofreram um revés profundo em suas trajetórias, caracterizadas, até então, como

caminhos exitosos percorridos por Tigres e por seus filhotes mais próximos. Um período amargo para a economia internacional teve início desde então e se consolidou nos dois anos seguintes, através de uma desaceleração da economia mundial. Contra uma taxa média histórica de crescimento do PIB mundial acima de 3,5% nas últimas três décadas, nos anos de 1998 e 1999, o Produto das economias avançadas cresceu apenas 2,5% e 2,8% respectivamente. Entre as três maiores economias mundiais, o Japão conviveu com uma queda de 2,5% do PIB em 1998 e com um aumento inexpressivo de 0,3% do Produto em 1999, enquanto a Alemanha teve que se contentar com incrementos sucessivos insatisfatórios de 2,2% e 1,5% no biênio 1998-99 respectivamente; e a desaceleração da economia global não foi ainda maior por causa do excepcional desempenho da economia dos Estados Unidos, que evidenciou aumentos médios do PIB da ordem de 4,2% ao ano, durante o biênio.

Para o corrente ano, as previsões constantes da edição de abril do **World Economic Outlook (WEO)** projetam para as economias desenvolvidas uma taxa de crescimento do PIB de 3,6%, que implicaria um retorno às taxas históricas de crescimento e o fim da desaceleração da atividade econômica a que o mundo esteve submetido no final dos anos 90; e mais, uma retomada do crescimento com inflação baixa, algo em torno de 1,9% ao ano, e com desemprego decrescente, pois as taxas previstas de mão-de-obra não empregada caíram de 6,4% ao ano em 1999 para 6,0% ao ano em 2000.

O fim da desaceleração da economia mundial pode ser percebido também a partir das informações constantes do **Informe sobre o Comércio Mundial** (2000), publicado pela Organização Mundial do Comércio (OMC), que registra a inversão de tendência no comércio a partir do segundo semestre de 1999.

O volume do comércio mundial, que cresceu a uma taxa superior a 10% ao ano em 1997, passou a conviver com uma taxa de crescimento reduzida a menos da metade daquela que vigorava quando eclodiu a crise na Ásia: no biênio 1998-99, o volume de comércio de mercadorias avançou a uma taxa um pouco superior a 4% ao ano, um resultado que esteve muito aquém daquele registrado em âmbito mundial desde o ano de 1994. Entretanto, com a recuperação asiática e com o aquecimento da economia norte-americana — Nova Economia — criaram-se as condições para que, no segundo semestre de 1999, houvesse a tão esperada mudança na trajetória do comércio internacional. Segundo o Informe da OMC, a retomada das atividades na Ásia viabilizou um crescimento real das importações em 1999 de dois dígitos, embora a mudança tenha sido desigual entre os países da região, tendo o PIB da Coreia apresentado um incremento de 11%, enquanto o Produto da Indonésia se manteve sem registro de variação. A propósito do comércio sob a ótica regional, é importante destacar que, durante o exercício de 1999, os Estados Unidos e a Ásia alcançaram níveis

de crescimento das importações de 10%, mais que o dobro obtido pelo resto do mundo. Paralelamente, no setor de Tecnologia da Informação (TI), o aumento de 22% nas vendas de computadores pessoais, o incremento de 18% na comercialização de semicondutores e a expansão de 66% nas vendas de telefones celulares móveis deram suporte para que a Nova Economia fosse a responsável por parte da recuperação global.

Embora limitado às informações disponíveis à época em que o mesmo estava sendo elaborado, o **Informe da Organização Mundial do Comércio 2000** dá conta de que a elevação dos preços do petróleo resultou em um aumento das exportações mundiais de combustíveis da ordem de 20%, superando o fluxo de mercadorias em telecomunicações e na indústria automobilística. As exportações da Arábia Saudita em 1999, o maior produtor de petróleo, que chegaram a US\$ 50,5 bilhões, mostraram um avanço de 27% sobre as do ano anterior, porém, mesmo com esse desempenho, não foi possível recuperar a queda de 35% nas exportações registrada em 1998.

2.2 - Algumas constatações sobre o processo de fusões no setor

A título de curiosidade, cabe lembrar Walsh (2000), que afirmou que “(...) quanto mais as coisas mudam, mais continuam as mesmas”. A idéia que justifica essa afirmação é a de que, neste fim de século, as descendentes da Standard Oil, a megaempresa criada por John D. Rockefeller que foi obrigada a se desmembrar em 1911, estão progressivamente se reunificando.

Em setembro de 1999, as quatro maiores empresas de petróleo do mundo produziam, em conjunto, 15,4 milhões de barris/dia de petróleo. Em pleno andamento do processo de globalização, as fusões de empresas têm dado um novo desenho à estrutura do setor petroquímico mundial. O *ranking* dos grandes empreendimentos do setor tinha na Exxon-Mobil a posição de líder, com reservas de 21,5 bilhões de barris, capacidade de refino de 6,6 milhões de barris/dia e produção de 4,3 milhões de barris/dia, seguida da BP Amoco & Arco, com reservas de 20,5 bilhões de barris, capacidade de refino de 3,4 milhões de barris/dia e produção de 3,7 milhões de barris/dia, e, em terceiro lugar, situava-se a Royal Dutch-Schell, com reservas de 19,4 bilhões de barris, capacidade de refino de 3,3 milhões de barris/dia e produção de 4,1 milhões de barris/dia; a seguir, em uma escala menor, porém não menos importante, encontravam-se a Total Fina-Elf, a Chevron, a ENI, a Texaco e a Repsol-YPF, com uma produção que, em conjunto, alcançava um total de 5,85 milhões de barris/dia de petróleo.

Boragni (2000) mostrou que esse perfil produtivo do mês de novembro de 1999 é o resultado de um intenso movimento de fusões e de incorporações de empresas, que teve início em 1998, na ocasião em que a Exxon adquiriu a Mobil por US\$ 64 milhões, a BP absorveu inicialmente a Amoco, um negócio superior a US\$ 50 milhões, e a nova empresa, por sua vez, logo adquiriu a Arco — que havia absorvido a Union Texas — por US\$ 23 milhões, formando-se, dessa forma, dois dos três maiores complexos petrolíferos do final do século; pela ordem, a quarta posição ocupada pela fusão da Total Fina e da Elf deu-se internamente no âmbito europeu — França e Bélgica — e implicou uma transação em torno de US\$ 10 milhões. A sucessão de fatos que precedeu a constituição da quarta grande empresa do setor durou mais de 60 dias e exigiu que a Total Fina se visse obrigada a ampliar a sua proposta para cerca de US\$ 49 bilhões. O processo de fusões atingiu quase 70% das grandes empresas e repercutiu no mercado de capitais, fazendo com que, em meados de 1999, o desempenho das ações apresentasse sensíveis oscilações; fixando a base 100 em 5 de julho de 1999, os números relativos correspondentes ao valor das ações dos quatro maiores grupos — Exxon-Mobil, BP-Amoco, Royal-Deutch Shell e Total Fina — apresentaram variações entre 105 no mês de julho e o patamar de 90 no mês de agosto para, posteriormente, retornarem ao valor-base ao final de setembro.

O contexto latino-americano não ficou de fora das transformações no parque produtivo mundial a partir do momento em que a espanhola Repsol comprou 15% das ações da Yacimientos Petrolíferos (YPF), a maior empresa estatal da Argentina, em janeiro de 1999; o negócio foi concluído em 23 de junho do mesmo ano, quando os europeus adquiriram o complemento do capital por US\$ 2 milhões. O novo empreendimento deverá desdobrar-se em duas frentes: *upstream* — produção —, que ficará sob a gerência de técnicos argentinos, e *downstream* — refinamento —, que terá os espanhóis na administração.

2.3 - Os interesses em jogo na região do mar Cáspio e outras questões

A política dos Estados Unidos para o mar Cáspio tem sido colocada em debate em período recente e em âmbito internacional, pela discussão quanto à continuidade ou não das diretrizes defendidas pelos norte-americanos na construção de oleodutos na região. A argumentação do Governo Bill Clinton é de que há necessidade de se dispor de diversos oleodutos para alcançar a consolidação política e a prosperidade econômica local.

Cabe lembrar que, ao final de 1998, a rota do Cáspio já estava no centro das atenções daqueles que negociavam as exportações do Azerbaijão; dis-

cutiam-se três hipóteses para a definição de uma rota a partir de Baku: via porto de Ceyhan na Turquia, via Supsa na Geórgia ou via Novorossiysk na Rússia. No diagnóstico, havia a dúvida quanto à disponibilidade de combustível suficiente para pôr em prática uma obra dessa grandeza. Os custos na opção Ceyhan estavam estimados em US\$ 3,7 bilhões contra US\$ 2,5 bilhões da trajetória Baku-Novorossiysk e US\$ 1,8 bilhão do percurso Baku-Supsa. De um lado, os interesses norte-americanos e, de outro, a manutenção da dependência com a Rússia; no centro e equidistante dos interesses políticos estava a Azerbaijan International Operating Company, com tendência por Supsa, mas com a obrigação de preocupar-se com a captação dos recursos que viessem financiar a obra. Uma outra oportunidade de investimento que é parte da política norte-americana para a região está associada à construção de um duto que leve o gás do Turcomenistão à Turquia: aqui, o que está em discussão é a iniciativa de trazer o gás, até 2002, desde o Turcomenistão — onde a Turquia representará uma demanda de 16 bilhões de metros cúbicos contra uma capacidade do gasoduto de 30 bilhões de metros cúbicos —, se o Azerbaijão, que está mais próximo, também dispõe do produto a partir das descobertas de gás no País.

Ainda no mar Cáspio, desta vez com a atenção voltada para o Oriente Médio, neste ano de 2000, o oleoduto Teerã-Neka, que liga o porto iraniano à capital do País, está na agenda de empresas originárias do Irã e da China. Trata-se de um projeto com dois anos de duração e que poderá ser o meio para transporte potencial de até 370 mil barris/dia entre o porto e a Capital, representando um investimento pouco inferior a meio bilhão de dólares. O que consta na ordem do dia para que o processo decisório avance é que os intervenientes deverão estar sujeitos às sanções que os Estados Unidos impõem àqueles que ferem a Lei das Sanções, uma legislação norte-americana que atinge negócios na Síria e no Irã e que é rígida em casos dessa natureza. O resultado das eleições iranianas combinado com uma aproximação maior dos reformistas com a América pode conduzir o Governo do Presidente Clinton a relegar a um segundo plano a aplicação de medidas duras na região.

Tudo o que diz respeito ao andamento das atividades da economia do petróleo no mar Cáspio, seja no Cáucaso, seja na Depressão Caspiana, é motivo de controvérsia, porque uma análise do contexto político evidencia o receio dos russos, que sentem que as decisões locais estão migrando da influência russa para a norte-americana. Basicamente, as regiões do Cáucaso e da Chechênia fazem as vezes de conexões para os dutos de petróleo do Cáspio para o mar Negro, e os russos argumentam que os norte-americanos buscam consolidar estados soberanos entre Teerã e Moscou, utilizando-se do expediente de reduzir a influência russa na economia do petróleo regional. Por exemplo, o duto Baku-Novorossiysk, que ligava o Azerbaijão ao mar Negro via Chechênia,

paralisou as suas atividades em 1999, à mesma época em que se inaugurava outro duto ligando o Azerbaijão com a Geórgia e deixando a Rússia de lado.

Ainda quanto ao afastamento da Rússia da economia do petróleo regional, cabe lembrar que o empenho de Clinton junto ao governo turco para que a opção Baku-Ceyhan — identificada no início desta seção — se concretizasse surtiu efeito. Segundo Lelyveld (2000), Washington pressionou o Primeiro Ministro turco, Bulent Ecevit, quando ele visitou os Estados Unidos no final de setembro de 1999. E, em uma cerimônia de porte, realizada em Estambul, em 12 de novembro de 1999, em que compareceram os Presidentes Suleyman Demirel (Turquia), Haydar Aliyev (Azerbaijão) e Eduard Shevardnadze (Geórgia), foi firmado um acordo no valor de US\$ 2,4 bilhões para a construção de um oleoduto de 1,73 mil km, ligando o Azerbaijão à Turquia via Geórgia.

Como se não bastasse, o afastamento da Rússia dos interesses econômicos regionais também se materializou em um outro megainvestimento de US\$ 2,5 bilhões, desta vez um gasoduto de 1,9 mil quilômetros, ligando o Turquemenistão e a Turquia via mar Cáspio, que reuniu outra vez os governos da Turquia, do Azerbaijão e da Geórgia, além de incluir as autoridades do Turquemenistão.

Em meados de 1999, quando o preço do barril se encontrava no patamar de US\$ 18,43, imaginava-se que as atividades de produção e prospecção fossem estimuladas, porém esse fato não se concretizou. As variações nos preços implicavam decisões em torno de novas sondagens, eis que, naquele momento, se trabalhava com a hipótese de uma queda de 25% nas despesas direcionadas para prospecções, tendo em vista que a prioridade do setor estava mais direcionada para o processo de fusões; um exemplo pode ser encontrado na fusão da Sedco Forex Offshore com a Transocean Offshore, segundo acordo oficializado em julho de 1999, que criaria a petrolífera líder mundial em perfurações de poços no mar.

A recuperação asiática a partir do segundo semestre de 1999 levou as empresas do setor a se prepararem para as novas condições de mercado através do Projeto Xangai. Nesse sentido, uma parceria entre a BP-Amoco e a Sanghai Petrochemical deverá receber um investimento de US\$ 1 bilhão direcionado à produção de etileno na China; também a Royal/Dutch-Shell e a Exxon-Mobil prevêem investimentos de US\$ 2,5 bilhões para o referido projeto.

2.4 - As eleições iranianas do ano 2000

Conforme já foi referido no início desta seção e mudando o foco para o contexto político, o período em análise conviveu com uma eleição importante no

Irã, um país que exportava US\$ 21,6 bilhões em 1986 e que tinha no petróleo uma participação de 85% da sua pauta. Estando situado entre aqueles cinco países líderes na produção mundial de petróleo, a conjuntura política iraniana tem concentrado a atenção da opinião pública internacional face à relação direta entre a estabilidade política nacional e a formação de preços dos combustíveis no plano global.

No mês de janeiro de 2000, a produção de petróleo do Irã foi de 3,467 milhões de barris, ou seja, o segundo lugar no *ranking* dos países da OPEP, sendo superado apenas pela Arábia Saudita, cuja produção chegou a 7,678 milhões de barris. A produção total da OPEP em janeiro de 2000 foi de 23,908 milhões de barris contra 23,796 milhões de barris em dezembro de 1999.

O Irã foi o palco da Revolução Islâmica de 1979 e manteve uma guerra com o Iraque por um longo período, entre 1982 e 1988. Quanto à Revolução Islâmica, foi nessa ocasião que a embaixada norte-americana em Teerã foi tomada pelos iranianos, oportunidade em que os Estados Unidos romperam as relações diplomáticas com o Irã. Quanto à guerra com o Iraque, segundo a publicação **Time Almanac** (PROFILE..., 1999), a demora na obtenção da paz deveu-se à exigência iraniana de o país ser ressarcido pelas perdas de guerra, fato este que atrasou o fim do embate. Mesmo assim, os consecutivos reveses sofridos pelo Irã levaram as partes a encerrarem o conflito depois de uma década de belicismo.

Com uma população de 69 milhões de habitantes, da qual cerca de 90% é representada por muçulmanos xiitas, o Irã ocupou as manchetes dos jornais no encerramento dos anos 70 por causa da revolução do Aiatolá Khomeini. Depois de ter chegado ao final dos anos 90 com o Poder Executivo nas mãos do Presidente reformista Mohamad Khatami — desde o pleito de 1997 — e com o Poder Legislativo sob hegemonia conservadora, a nação conviveu com um processo eleitoral que culminou com o pleito de 18 de fevereiro de 2000, no qual estava em jogo o Parlamento nacional e cuja vitória veio proporcionar aos reformistas a partida para a realização de um desafio inédito: abrir, flexibilizar e tornar transparente o país da Revolução Islâmica de 1979. Na plataforma do candidato reformista, encontrava-se uma dupla de alcance impactante — o direito e a liberdade —, e, no foco do discurso, mantinham-se as figuras da mulher e do estudante; na outra extremidade, os sucessores de Khomeini pregavam a preservação do modelo teocrático. A realidade nacional, pois, estava dividida entre Mohamad Khatami *versus* Aiatolá Ali Khamenei, ou seja, entre a Frente 2 de Khordad, que queria dar passos à frente no sentido da modernização do País, *versus* os sucessores do ex-Presidente Hashemi Rafsanjani, que, em 1989, deram continuidade ao projeto dos líderes supremos da religião islâmica. Depois de duas vitórias seguidas — em 1997, na esfera federal, e em 1999, na esfera municipal —, os reformistas partiram desta vez para a grande batalha,

aquela que busca a liberdade de imprensa e o fim da censura, a eliminação dos tribunais especiais e a descentralização das atividades estatais. O sucesso obtido nestas eleições do ano 2000 permitirá que abrandem as sanções norte-americanas à economia iraniana e que esta última dê o ponto de partida para as privatizações, para a atração de investimentos externos e para uma articulação maior com a economia ocidental. O que está em jogo nesta oportunidade são as 290 cadeiras para o Majlis, o Parlamento nacional, que se encontra sob o poder dos conservadores e que, dependendo do resultado, pode levar a uma amplitude maior o diálogo reaberto com os países árabes desde a eleição de Khatami em 1997.

3 - O comportamento dos preços do barril de petróleo

A história do comportamento dos preços do barril do petróleo desde meados do século passado está marcada por uma trajetória em que a cotação do produto oscilou, em valores constantes, predominantemente entre US\$ 10,00 e US\$ 25,00, no período que se estende de 1880 a 1969; antes desse período, os preços estiveram cotados em até US\$ 85,00, entre 1861 e 1969, e posteriormente, entre 1970 e 1979, a cotação do barril elevou-se acima de US\$ 65,00, retornando, após 1985, ao seu comportamento histórico. Esses números têm origem na **Statistical Review of World Energy**, de junho de 1998, e foram utilizados por Melloni (2000) em artigo recente. Convém ressaltar que os valores referentes ao período 1861-944 representam a média das cotações para o produto norte-americano e que os dados posteriores à II Guerra Mundial têm como fonte o produto leve entregue na Arábia Saudita, até 1985, e o petróleo tipo *brent*, entre 1986 e 1998. Esses preços referem-se a contratos futuros, e, na história recente do comportamento desse indicador econômico, há o registro de ele ter atingido a cotação de US\$ 41,15 no último trimestre de 1990, quando o Iraque partiu para o ataque ao Kuwait.

Paralelamente aos preços, não se pode deixar de fazer um registro sobre o significado da quantidade consumida na matriz energética mundial; a fonte é aquela utilizada por Liberali (2000), com estatísticas da Organization for Economic and Cooperation Development e se referem ao período 1860-990. A participação do petróleo na matriz começou a ter alguma importância em torno de 1880, avançando significativamente até os anos 40, quando passou a ocupar lugar de destaque concomitantemente à redução na participação relativa do carvão, e, no ano 2000, a queima do petróleo e de seus derivados é responsável por 41% da matriz energética mundial.

Ainda com relação às quantidades, Araripe (2000) apresenta dados da matriz energética mundial para o ano de 1999, utilizando como fonte um estudo realizado pela Arthur Andersen/Cambridge Energy Research. Segundo o trabalho dessa empresa de consultoria, a América do Norte consumia 23,72 milhões de barris/dia em 1999, seguida da Ásia e do Pacífico, com 19,98 milhões de barris/dia, e da Europa Ocidental, com consumo de 14,54 milhões de barris/dia; em um segundo plano e com menor participação no consumo, seguiam a América Latina, com 4,53 milhões de barris/dia; o Oriente Médio, com 4,42 milhões de barris/dia; a ex-União Soviética, com 4,02 milhões de barris/dia; a África, com consumo de 2,46 milhões de barris/dia; e, por último, a Europa Central e do Leste, com 1,61 milhão de barris/dia.

3.1 - O comportamento dos preços durante o ano de 1998

Em um extremo, o preço do barril ao rés do chão, com valor próximo a US\$ 10,00 em pleno exercício de 1998, e, na outra extremidade, os preços nas alturas durante 1999 e no decorrer do ano 2000. Desta vez, foi a estratégia dos países do Oriente Médio, acompanhados do México e da Venezuela na América Latina e da Rússia e da Noruega na Europa, que deu certo. Ou o movimento dos países produtores está em sua fase terminal e breve será mais uma página virada da História?

No início do exercício de 1998, em Londres, o preço do petróleo medido pelo tipo *brent*, que é referência para o mercado internacional — o parâmetro para as empresas petrolíferas dos Estados Unidos é dado pelo barril tipo *light sweet crude* —, situava-se em torno de US\$ 25 o barril. Quando ocorreu a queda do *bath* — a moeda tailandesa —, em 2 de julho de 1997, os preços do óleo haviam sido reduzidos para valores pouco abaixo de US\$ 20 por barril, remuneração esta que caiu até US\$ 12,37 em 16 de março de 1998 — acompanhando a desaceleração da economia mundial — e que se manteve nesse patamar até o final do ano, quando evidenciou uma nova queda, dessa vez para US\$ 10,26, fato ocorrido em 7 de dezembro daquele ano.

A explicação de Liesman *et al.* (2000) para a elevação dos preços do petróleo conduz o observador de volta a novembro de 1997, durante uma reunião realizada na Indonésia, quando dois fatos geraram o acordo que iria detonar a cotação do ouro negro no mercado internacional: de um lado, três países — Arábia Saudita, Venezuela e México — almejavam uma maior participação no mercado mundial, e, de outro, os países produtores trabalhavam com a hipótese de que no cenário à frente haveria maior demanda por petróleo. Na prática, aconteceu o inverso, com a eclosão da crise da Tailândia e com o efeito dominó sobre a Ásia.

3.2 - O comportamento dos preços durante o ano de 1999

Nos dois primeiros meses de 1999, os preços encontravam-se em torno de US\$ 11 o barril, quando, em março de 1999, os 11 membros da OPEP firmaram um pacto, no qual tomaram a firme decisão de diminuir a oferta diária de petróleo em uma quantidade equivalente a 1,7 milhão de barris. Aparentemente, apenas a Rússia não se manteve com os termos acordados nessa reunião da OPEP que fixou o sistema de cotas entre os países-membros daquela instituição. Um novo recorde dos preços foi alcançado no início de setembro de 1999, quando chegaram a US\$ 22,00 por barril. Além da decisão da OPEP de manter os preços elevados até março de 2000, um novo fato passou a mobilizar a opinião dos agentes econômicos e dos analistas setoriais, levando o foco da atenção para a América Latina — mais precisamente para a Venezuela —, onde os trabalhadores da Fedepetrol acenaram com a possibilidade de greve por salários; a inflação nos últimos 12 meses encontrava-se no patamar de 23%, ao mesmo tempo em que a atividade econômica em âmbito nacional se mantinha profundamente retraída.

Novos recordes voltaram a acontecer nos meses seguintes, tendo o barril de petróleo tipo *brent* sido cotado em US\$ 24,60 em meados de novembro de 1999 como uma decorrência natural do fato de os representantes da OPEP acenarem com a possibilidade de prorrogarem o prazo do encerramento dos cortes na produção para além de março de 2000, dado que as estatísticas evidenciavam uma queda referente ao mês de setembro da ordem de 1,8 milhão de barris/dia.

A situação agravou-se no final do mês, quando o Iraque anunciou, em 20 de novembro, que iria diminuir a exportação de petróleo independentemente do acordo de alimentos e de medicamentos a receber em seu território. O relacionamento de Bagdá com o Ocidente operacionalizava-se com a presença da Organização das Nações Unidas via utilização da sétima fase de um programa identificado como Petróleo em Troca de Alimentos; na ocasião em que aquele país produtor de petróleo anunciou que iria reduzir as suas exportações, corria em paralelo um debate em torno do abrandamento eminente das restrições impostas ao Iraque, fato este que acirrou a polêmica no Conselho de Segurança da ONU entre os prós e os contras à flexibilização com Saddam Hussein. Desde a Guerra do Golfo Pérsico, os posicionamentos de britânicos e de norte-americanos, de um lado, e de russos, chineses e franceses, de outro, têm colocado as ações do Iraque sob uma contenda sistemática. O cerne do conflito reúne três questões palpitantes: a quota semestral de comercialização de petróleo permitida ao Iraque pelo Conselho de Segurança, a viabilização do fluxo de capital externo para dinamizar o setor daquele país e a adequação de um

regime de restrições que mantenha o controle sobre armamentos sob atenção permanente da ONU. O quadro tornou-se tenso, e a materialização da adversidade tomou a forma de novo aumento dos preços do barril de petróleo, que se elevou em 22 de novembro para o patamar de US\$ 25,78.

3.3 - O comportamento dos preços durante o ano 2000

Ano novo, e os preços insistem em se manter nas alturas. A elevação dos preços do barril para US\$ 28,00 tornou-se uma realidade. As maiores empresas do setor registravam lucros expressivos, ao mesmo tempo em que o mundo se ressentia de que talvez não houvesse reversão de tendência no curto prazo. No horizonte, analistas internacionais e políticos dos mais diversos matizes passaram a questionar a possibilidade de existir algum teto que indicasse fim de percurso para a trajetória dos preços do ouro negro. O quadro começava a tomar as feições de preocupante, porque a inflação estava rondando as economias desenvolvidas. A expectativa de que o cenário econômico internacional pudessem trazer de volta o recrudescimento da inflação exigiu que os países da Zona Euro elevassem as taxas de juros em fevereiro de 2000, da mesma forma como os norte-americanos já haviam procedido em meados do ano anterior. Ora, a economia internacional convivia com uma situação paradoxal, pois, ao mesmo tempo em que se esperava o fim da desaceleração da economia mundial, havia todo um movimento de elevação de taxas de juros para brevar a inflação e pondo em risco a própria retomada do crescimento global. Logo, era preciso agir.

E nada mais estratégico do que jogar todo o empenho na tentativa de conter a volta da inflação, ou seja, do que apostar contra os fatores que a alimentam com maior intensidade e entre os quais estão, certamente, os preços do petróleo. E foi assim que, no mesmo mês de fevereiro, o Secretário de Energia norte-americano, Bill Richardson, agendou uma visita a três países-chave na corrente do comércio do petróleo mundial — o Kuwait, o México e a Venezuela — para buscar apoio à idéia de um aumento na produção do petróleo como uma medida preventiva à necessidade de os norte-americanos terem que abrir mão das suas reservas de emergência para atender à pressão dos agentes econômicos de fornecimento do produto a um preço menor. A iniciativa de Richardson coincidia com a divulgação da informação de que as reservas de petróleo dos países ricos haviam sido reduzidas para 3,8 bilhões de barris, um valor crítico e não atingido desde 1997. Tratava-se de um alerta dos 29 países ricos — face à nota divulgada pela Agência Internacional de Energia —, que continha um clamor pelo fim da pressão do preço dos combustíveis sobre o nível dos preços nacionais: a volta da tão temida inflação. No dia seguinte à iniciativa do Secretário Bill Richardson, os preços

do barril de petróleo elevaram-se para US\$ 28,75 em Londres e atingiram US\$ 30,25 em Nova Iorque, novos recordes para o período, os quais foram superados apenas pelos valores vigentes durante a guerra contra o Iraque, no início do decênio. De qualquer forma, a pressão dos Estados Unidos sobre os países produtores estava sincronizada com duas reuniões previstas por parte dos responsáveis pela oferta mundial: Venezuela, México e Arábia Saudita estariam reunidos no dia 2 de março, e os membros da OPEP, em 27 do mesmo mês.

A elevação dos preços do barril, superando o teto dos US\$ 30,00, repercutiu diretamente na cotação das ações das empresas petrolíferas, que se valorizaram abruptamente; ao mesmo tempo, a reversão dos cortes por parte da OPEP passou a ocupar as manchetes dos jornais: o prazo final de 31 de março seria adiado para junho, e o corte de 4,3 bilhões de barris/dia na oferta de petróleo realizada em 1998 ficaria reduzido a 1,7 bilhão de barris/dia no final dos seguintes 60 dias. Para se ter uma idéia da representatividade da reversão do corte previsto, cabe lembrar que a Agência Internacional de Energia (AIE) previa uma demanda global de petróleo de 28,8 milhões barris/dia durante o primeiro trimestre de 2000, a qual seria atendida com uma quantidade de 26,2 milhões de barris/dia ofertada por parte da OPEP, exigindo que o complemento fosse retirado dos estoques mundiais disponíveis.

Enquanto no mercado de capitais a elevação dos preços do barril repercutiu na cotação das ações, no âmbito político começou a repercutir a decisão norte-americana de deslocar o Secretário de Energia para pressionar os seus parceiros comerciais a colaborar com os interesses dos Estados Unidos em termos de retomada da produção do petróleo. Segundo algumas previsões mais pessimistas, caso não haja reversão do processo decisório dos países produtores, o preço do barril poderá avançar, até o fim do corrente ano, para o patamar de US\$ 40,00 e haverá inflação em termos mundiais.

O primeiro país a ter que enfrentar a pressão norte-americana foi o México, um país vizinho e totalmente articulado aos interesses da economia maior, principalmente após a criação do NAFTA e fundamentalmente após a crise do final de 1994, onde o apoio do Presidente Clinton foi determinante para que os mexicanos superassem as restrições econômicas durante o ano de 1995. A posição do Secretário de Energia mexicano, Luiz Tellez, já era conhecida, pois ele já se manifestara contra a vigência dos preços baixos do barril, ao mesmo tempo em que reconhecia que, em patamares muito elevados, os preços também prejudicariam o próprio México. Para se perceber a complexidade da posição mexicana frente aos Estados Unidos, é oportuno lembrar Totti (2000), que afirma que o México representa 4,5% das exportações mundiais de petróleo, mas, ao mesmo tempo, a parceria que mantém com os Estados Unidos viabiliza exportações de US\$ 110 bilhões, nas quais o petróleo participa com 8%. Em

outros termos, o preço elevado aumenta as receitas mexicanas com exportações de petróleo — via a estatal Pemex —, mas, nas relações bilaterais com os Estados Unidos, o peso dos combustíveis é limitado a pouco mais de 7% da pauta das exportações. Um fator a mais nas negociações entre ambos os países são as eleições mexicanas, em que o Partido Revolucionário Institucional (PRI) corre o risco de perder o Poder Executivo após sete décadas no poder. Labastida, o candidato do Presidente Ernesto Zedillo à Presidência do País e que não ocupa a liderança nas pesquisas de opinião, tem presente que a posição asteca coincide com a opinião norte-americana de que os preços estão demasiadamente elevados, mas, de outro lado, não desconhece as vantagens que o Estado usufrui em termos da participação estatal quando a renda originada no petróleo está em alta e se mantém nessa posição. Depois de visitar o México, Richardson deslocou-se para o Egito, onde debateu as condições do mercado com representantes do Governo local.

Ao mesmo tempo em que o Secretário Richardson saía a campo procurando negociar com os países produtores, dentro dos Estados Unidos dois temas interdependentes centralizavam a atenção da opinião pública: a reduzida posição das reservas internacionais e os interesses associados a uma lei de estabilidade dos preços do petróleo para a calefação. No final de 1999, os países da OCDE mantinham em reservas petróleo suficiente para pouco menos de dois meses de consumo, e, como o inverno de 2000 fez frio mais intenso do que nos dois anos da desaceleração da economia mundial, pareceu necessário a alguns membros do Congresso dos Estados Unidos que o Presidente tomasse a iniciativa de proteger o consumidor local contra os preços elevados dos combustíveis. Nesse sentido, o Senado norte-americano foi o plenário de um projeto de lei complementar de iniciativa do Partido Democrata, que pretende estabilizar os preços do óleo para calefação com a criação de duas reservas — porto de Nova Iorque e costa do Golfo —, totalizando, em conjunto, um valor aproximado de 6,7 milhões de barris de petróleo. Os números referentes a janeiro de 2000 mostram a demanda norte-americana fixada em 19,1 milhões de barris diários, quantidade esta que, mesmo se considerando a sazonalidade, colocou o consumo do exercício em um volume comparável ao do ano de 1979, um recorde para o mês de janeiro.

Bill Clinton dá muita atenção ao projeto, porque, além de ter origem em seu partido, a iniciativa beneficia os lares de baixa renda que são assistidos diretamente pelo Governo Federal; e tudo ocorre em um ano em que a corrida eleitoral entre Gore e Bush está extremamente acirrada e em que o otimismo do Presidente quanto às reais possibilidades de o seu candidato vencer as próximas eleições seja conhecido.

As possibilidades de Richardson obter êxito em sua empreitada surgiram um par de dias após a repercussão do possível andamento das negociações com os mexicanos. Os sauditas, líderes na produção mundial, através de seu porta-voz, o Ministro do Petróleo, Ali al-Naimi, manifestaram-se favoravelmente a uma redução de 10% nos preços do ouro negro. O mesmo não aconteceu no Kuwait, onde as autoridades se mantêm em harmonia com as resoluções adotadas na OPEP, admitindo a possibilidade de prorrogar o prazo final para além do dia 31 de março do corrente ano. O Irã, vice-líder no *ranking* da produção mundial, também discordou do posicionamento norte-americano, porque a reivindicada elevação do preço coincidiria com o fim do inverno do Hemisfério Norte; o Ministro do Petróleo do Irã — país em que os reformistas chegaram ao poder em 1997 e cujas eleições para o Majlis ocorreriam naqueles dias —, Bijan Namdar Zanganeh, foi taxativo em negar-se determinadamente quanto ao pleito dos Estados Unidos, sugerindo que o assunto voltasse à agenda da OPEP no último trimestre deste ano. No México, onde teve início a pressão norte-americana, o Ministro Luiz Tellez, da Pasta da Energia, concordou com os argumentos daqueles que não estavam de acordo com o risco de um aumento na inflação global e, por isso, mostrou-se de acordo com uma elevação da produção de petróleo já no mês de março. Também a Argentina, por iniciativa do próprio Governo, passou a buscar as causas dos aumentos recentes dos preços internos dos combustíveis, ao mesmo tempo em que sinalizou com a possibilidade de tomar iniciativas para controlar preços e para tornar o setor transparente. A controvérsia entre as posições dos sauditas, dos kuwaitianos e dos mexicanos reforçou a idéia de um possível avanço na produção mundial de petróleo, levando os preços do barril ao nível de US\$ 26,21 em 19 de fevereiro passado. O próprio Ali al-Naimi, quando esteve na Coreia, afirmou que os preços poderiam cair para menos de US\$ 25,00 tão logo o inverno chegasse ao final no Hemisfério Norte.

Richardson visitou o México no penúltimo fim de semana de fevereiro, utilizando o pretexto de visita a familiares, mas obteve o apoio concreto do Ministro Luiz Tellez e seguiu rumo ao Oriente Médio e depois à Noruega. Primeiramente, esteve no Cairo, onde argumentou sobre a necessidade da retomada da produção para evitar a inflação, deixando aos mercados a decisão final a respeito da estabilização dos preços; depois, Richardson tomou conhecimento de que na reunião do Conselho de Cooperação do Golfo, realizada na Arábia Saudita, os Ministros do Petróleo do Golfo Pérsico optaram por uma retomada apenas gradual da produção, manifestação esta que empurrou o barril a novos aumentos. A importância da reunião de Riad estava vinculada a um outro encontro programado pela OPEP para março, em Viena.

No início de março, segundo notícias veiculadas pela imprensa, os países produtores teriam dado um primeiro sinal de estarem sensíveis aos argumentos

de Richardson, após uma reunião realizada em Londres com o Secretário da Energia dos Estados Unidos; o Ministro venezuelano, Ali Rodrigues, teria sido o porta-voz da OPEP para informar que haveria aumento da produção de petróleo se o preço se mantivesse no patamar de US\$ 30,00 por barril. No dia seguinte, porém, aquela autoridade norte-americana prontificou-se a desmentir a informação de que tivesse obtido qualquer promessa dos países produtores de petróleo. O mercado reagiu instantaneamente, levando a cotação do barril a US\$ 31,77 em Nova Iorque, um valor recorde em nove anos, e a US\$ 28,76 o preço do tipo *brent* em Londres.

A divisão dentro da OPEP ficou evidente à medida que a Arábia Saudita, o México e a Venezuela passaram a se reunir e a emitir sinais da elevação na produção de petróleo sem que se fixassem metas nem datas para a concretização da proposta; em sentido oposto, o Irã, a Líbia e a Argélia manifestaram-se contrariamente a qualquer iniciativa de aumento de produção para conter a escalada dos preços do barril de petróleo. Independentemente de posicionamentos pró ou contra aumento de produção, havia uma expectativa generalizada em todo o mundo quanto à reunião da OPEP que seria realizada em Viena, no dia 27 de março deste ano. A par de tanta controvérsia, os preços continuaram avançando, tendo a cotação do petróleo WTI alcançado US\$ 34,13 em 7 de março, fato este que levou o Presidente Bill Clinton a chamar atenção para o risco a que o crescimento mundial está sujeito, caso se mantenha a montanha-russa dos preços internacionais do barril.

Às vésperas da reunião da OPEP em Viena, os preços recuaram, quando se divulgou a notícia de que os estoques estratégicos dos Estados Unidos se encontravam acima do que havia sido previsto: foi o suficiente para que os contratos futuros do petróleo tipo leve para maio passassem a trabalhar com a cotação de US\$ 27,25 por barril. No dia 24 de março, os contratos de petróleo do tipo *brent* para maio foram fechados em Londres, com preços de US\$ 25,80 por barril.

3.4 - A reunião da OPEP de 27 de março de 2000

Depois de tamanha espera, os agentes econômicos internacionais viram chegar a tão aguardada reunião dos países produtores programada para o dia 27 de março. As posições conflitantes eram iminentes, pois uma parte dos presentes, liderados pela Arábia Saudita — maior produtor no *ranking* da OPEP —, defendia um aumento significativo na produção, enquanto outro grupo, sob a coordenação do Irã — segundo maior produtor no *ranking* da OPEP —, pretendia que a elevação na produção não fosse tão expressiva como desejavam os sauditas. O impasse estava posto.

Sem que houvesse comunicado oficial, o reconhecimento do antagonismo entre os países-membros foi reconhecido pelo representante dos Emirados Árabes. Mas, enfim, onde estavam as divergências entre os diversos países, se a produção de petróleo da OPEP se encontrava na média de 26 milhões de barris/dia? Bem, contra um corte de 4,3 milhões de barris/dia realizado em 1998, os Estados Unidos buscavam um aumento de 2,5 milhões de barris/dia. Quais as posições da Arábia Saudita e do Irã? Os sauditas propuseram um aumento de 1,7 milhão de barris/dia contra uma elevação de 1,5 milhão de barris/dia defendida pelos iranianos. No centro da polêmica, o preço do barril de petróleo tipo *brent* foi cotado em US\$ 25,68. O segundo dia da reunião mostrou os sauditas defendendo o mesmo aumento do dia anterior, e os iranianos propondo um incremento não superior a 1,2 milhão de barris/dia. E o preço do barril de petróleo tipo *brent* manteve-se em queda, desta vez pra US\$ 25,30. Dois dias depois, podia-se concluir que o aumento de produção ficaria em 1,435 milhão de barris/dia, tendo os preços em Londres despencado para US\$ 24,40 o barril. Ao final, os iranianos foram obrigados a rever as suas posições para não correrem o risco de perder posição relativa no mercado mundial.

Para administrar a economia do petróleo no curto prazo, os países produtores acordaram de estabelecer uma faixa de US\$ 22,00 a US\$ 28,00 por barril, medida em termos de um preço médio de 20 dias da cesta de produtos brutos; caso houvesse uma variação além ou aquém dos valores constantes na referida faixa, os países produtores iriam acionar um gatilho automático de 500 mil barris diários de petróleo — para mais ou para menos —, visando atender à oscilação do consumo mundial.

4 - Considerações finais

Durante o período de desaceleração da economia mundial, posterior à queda da moeda tailandesa, e, simultaneamente, com o efeito-contágio que se propagou pelas economias regionais, os países-membros da OPEP firmaram um pacto que reduziu a oferta de petróleo, gerando preços elevados do produto no curto prazo e criando a perspectiva de que se pudesse ter o recrudescimento da inflação nos países ricos em médio prazo. O pacto firmado entre os países produtores retirou o preço do barril de petróleo do piso de US\$ 10,26 em 7 de dezembro de 1998 para US\$ 28,75 em 14 de fevereiro de 2000; ao impulsionar os preços de uma extremidade para outra, o pacto levou consigo os preços de produtos em toda a estrutura produtiva global, dos plásticos aos remédios, das tintas aos calçados, dos produtos de limpeza aos têxteis e daí por diante, afetando o comportamento dos agentes econômicos em todos os mercados.

A desaceleração do ritmo de crescimento mundial deve estar chegando ao fim no transcurso do ano 2000. As projeções do Fundo Monetário Internacional para o ano 2001 estão direcionadas para um crescimento de 3% no PIB das economias avançadas, estimativa esta que está acompanhada de inflação estabilizada em 2% ao ano e de desemprego decrescente para 5,8%. Em suma, a economia cresce, a inflação mantém-se sob controle, e a melhor notícia está no mercado de mão-de-obra, onde a taxa de desemprego, que esteve em 6,8% em 1998 e que ficou reduzida a 6,4% em 1999 e a 6,0% em 2000, mantém a sua trajetória de queda para o ano de 2001.

As perspectivas para o comércio mundial também são promissoras. Acopladas às estimativas do final da desaceleração econômica global, os números projetados pela Organização Mundial do Comércio sinalizam a consolidação da recuperação iniciada no segundo semestre de 1999 e uma expansão de 6,5% no comércio mundial, no ano 2000.

Para que as suas projeções se confirmem, a OMC trabalha com a hipótese de que não haja tumulto no mercado financeiro, e, especificamente com relação aos preços do petróleo, o pressuposto adotado por essa organização é de que o preço do barril deve recuar de US\$ 30,00 para um valor em torno de US\$ 20,00 a US\$ 25,00 durante o restante do ano 2000. Especificamente com relação à necessidade de ser identificado um novo preço de equilíbrio, alguns analistas internacionais têm se manifestado quanto à possibilidade de que a cotação de US\$ 25,00 por barril poderia ser o novo nível que viria substituir o preço “psicológico” vigente há pouco mais de uma década.

Tendo em vista que a demanda mundial de petróleo para o ano 2000 está estimada em 76,22 milhões de barris/dia, projeta-se uma oferta de petróleo de 45,59 milhões de barris/dia por parte dos países que estão excluídos da OPEP e de 26,13 milhões barris/dia por parte dos países da Organização dos Países de Petróleo, incluindo-se aí a produção do Iraque de 2,22 milhões de barris/dia, que se encontra sob controle da ONU. Essas estimativas para o ano 2000 estão inseridas em projeções outras, de longo prazo, pois a demanda mundial de petróleo para o ano 2020 está estimada em 112 milhões de barris/dia, segundo o Departamento de Energia dos Estados Unidos.

No que diz respeito aos estoques, no terceiro trimestre de 1999 os países que formam a OCDE mantinham 2,22 bilhões de barris naquelas condições; na ocasião, os estoques comerciais da Europa e dos Estados Unidos compreendiam 1,1 bilhão de barris e 913 milhões de barris respectivamente. Um país que convive com um problema à parte no que diz respeito ao ouro negro é o Japão, que contava, no primeiro trimestre de 2000, com reservas de 629 milhões de barris de petróleo, das quais a metade pertencia ao setor estatal. Além de ser reconhecido como carente de recursos naturais, o Japão enfrenta uma limitação séria,

pois, no corrente exercício, de acordo com a opinião de Watanabe (2000), depois de 40 anos, o País perdeu a concessão de explorar petróleo na Arábia Saudita, e o desafio daquele país consiste em encontrar uma fórmula para aumentar 10% nas suas reservas estatais concomitantemente à elevação dos preços no mercado internacional.

Quanto à demanda global por petróleo da OPEP, no segundo trimestre de 2000 a Agência Internacional de Petróleo revia uma diminuição da procura global de 28,8 milhões de barris/dia estimada no primeiro trimestre para um valor próximo a 27,3 milhões de barris/dia.

O fato de a OMC trabalhar com a hipótese do recuo dos preços dos combustíveis não impede que outras análises aventem a possibilidade de que, mantida a elevação dos preços do barril, seria inevitável a edição de medidas antiinflacionárias nos países desenvolvidos para conterem a pressão sobre os preços. Os Estados Unidos, através do seu Secretário de Energia, Bill Richardson, iniciaram uma recorrida pelos países produtores a fim de defender a necessidade de os mercados — e não a OPEP — estabelecerem o preço do petróleo para evitar a inflação em escala mundial. Depois de muitos desmentidos quanto à possibilidade de acordo, o próprio Richardson afirmou que não obtivera promessa de aumento de produção por parte dos países produtores, e os preços do barril atingiram valores recordes no início de março do corrente ano.

Krugman (2000) considera que o assunto petróleo saiu da moda. Antes mesmo da reunião da OPEP de 27 de março passado, esse economista previa que o aumento da produção era insuficiente para paralisar a utilização dos estoques e recolocá-los em patamares confiáveis, tudo porque não há reações imediatas da demanda e do abastecimento às variações dos preços. Ao mesmo tempo em que Krugman afirma não existir uma resposta amplamente aceita para explicar por que os preços do barril de petróleo se mantiveram elevados por mais de uma década, nessa ocasião o professor do MIT não acredita que os Estados Unidos possam enfrentar a repetição da crise de décadas passadas, simplesmente porque, neste ano 2000, a relação entre a queima de petróleo e o PIB norte-americano representa a metade daquela dimensão que o mesmo indicador evidenciava no início dos anos 70.

A reunião de 27 de março dividiu os países-membros da OPEP. Norte-americanos e europeus — pagando preço com tendências para US\$ 2,00 e US\$ 4,00 o galão respectivamente — pressionaram o que puderam para obter compromisso de níveis de produção mais elevados na economia do petróleo. Entre as posições saudita — aumento de 1,7 milhão de barris/dia — e iraniana — elevação de 1,5 milhão de barris/dia —, encontravam-se aqueles países — México, Rússia e Omã — que firmaram o pacto de corte na produção, embora não pertencessem à OPEP.

No segundo dia de reunião, começaram a surgir alguns indícios de acordo quanto ao aumento de produção sem que se pudesse precisar a dimensão do incremento. A proposta saudita mantinha-se em aumento de 1,7 milhão de barris/dia, ao passo que os iranianos defendiam uma elevação de não mais do que 1,2 milhão de barris/dia. A imprensa divulgava informações referentes a um aumento de 1,4 milhão de barris/dia, embora não estivesse preciso se nesse volume se encontrava a produção equivalente a 1,2 milhão de barris/dia que os próprios países-membros mantinham ao não cumprirem o acordo de 1998.

Finalmente, concluiu-se o acordo mantendo-se o aumento da produção de petróleo em 1,435 milhão de barris/dia, um meio termo entre as posições da Arábia Saudita e do Irã. Este último teve que rever a sua posição, caso contrário corria o risco de perder posição relativa no mercado mundial do petróleo. Em pleno mês de maio, mantinha-se a polêmica em torno de aumentar ou não a produção; no dia 21 daquele mês, o Presidente da OPEP, o Ministro de Minas e Energia da Venezuela, Ali Rodríguez, afirmava que a entidade estava cumprindo de acordo com o prometido, ou seja, as quotas de exportação da OPEP, acrescidas das variações acordadas — 500 mil barris/dia — e vigentes desde então, elevavam a produção na ocasião para 1,7 milhão de barris/dia. E os preços? Havia sido fixada a faixa de US\$ 22,00 a US\$ 28,00, e os países produtores acionariam um gatilho automático de 500 mil barris//dia, para mais ou para menos, sempre que o preço médio de uma cesta de petróleo viesse a ficar acima ou abaixo do respectivo intervalo da citada faixa. Até então, Ali Rodríguez trabalhava com os preços percorrendo um caminho na extremidade superior da banda de US\$ 22,00 a US\$ 28,00, porém, no início de junho, mais precisamente em 7 de junho, o barril do tipo *brent* fechou em US\$ 28,59 em Londres, e o barril do tipo WTI encerrou em US\$ 29,75 na Bolsa de Nova Iorque. Como administrar o processo a partir de agora? A medida posta em prática resolverá as dificuldades com que se deparam os países na conjuntura atual? Sem dúvida, sim..., pelo menos até a eclosão de uma próxima crise. Basta, apenas, que o Irã decida “avaliar melhor” as condições do mercado para que o processo decisório retorne ao ponto de partida de 1998. É acompanhar o desenrolar dos fatos e conferir!

Bibliografia

- ACABA batalha das petrolíferas francesas, mas consolidação do setor vai continuar (1999). **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 set., p.58.
- ACUERDO sobre oleoducto abre el petróleo del Caspio a Occidente a costa de Rusia (1999). CNNE. Disponível na Internet via [WWW.URL:http://cnnespanol.com/econ/1999/11/18/oleoducto/index.html](http://cnnespanol.com/econ/1999/11/18/oleoducto/index.html) Arquivo capturado em 18 nov.

- ADANA-Ceyhan Earthquake of June, 27 1998, The (2000). Disponível na Internet via [WWW.URL:http://www.eeri.org/Reconn/Adana/Adana.html](http://www.eeri.org/Reconn/Adana/Adana.html) Arquivo capturado em 22 maio.
- ALI Rodríguez no cree que OPEP suba su producción en junio (2000). YAHOO! En Español. Disponível na Internet via [WWW.URL:http://espanol.yahoo.com/noticias/0005502/.../negocios-petroleo-opep-produccion-sol-0877.htm](http://espanol.yahoo.com/noticias/0005502/.../negocios-petroleo-opep-produccion-sol-0877.htm) Arquivo capturado em 2 maio.
- ALTA do petróleo e o Brasil, A (1999). **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 14 fev. p.A3.
- AMEAÇA de novo choque de petróleo (2000). **Gazeta Mercantil**, São Paulo 15 fev., p.A-2.
- ARARIPE, Sônica (2000). Brasil terá os maiores investimentos da AL. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 15 maio, p.B7.
- ARGENTINA investiga preço no varejo (2000). **Gazeta Mercantil**, São Paulo 24 fev. p.A-24.
- AZERBAIJAN (2000). Disponível na Internet via [WWW.URL:http://www.wtgonline.com/data/aze/aze.asp](http://www.wtgonline.com/data/aze/aze.asp) Arquivo capturado em 10 maio.
- BILL Clinton clama pela estabilidade dos preços (2000). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, p.A-8, 8 mar.
- BOGGS, Danny J. (1983). “Não-dependência” energética, um objetivo dos Estados Unidos. **Economic Impact**, Washington : United States Information Agency, n.47, p.30-35.
- BORAGNI, Claudia (2000). La fiebre de las fusiones. **Clarín Económico**, Buenos Aires, 13 fev., p.4.
- BP AMOCO amplia investimento em fábrica chinesa (2000). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 15 fev., p.C-5.
- BRENDT sobe 2,69% após reunião do CCG (2000). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 24 fev., p.A-24.
- CONTRATOS de maio caíram em Nova York para US\$ 27,25 (2000). **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 23 mar., p.B13.
- CORZINE, Robert (1998). Crescem pressões sobre rota no Cáspio. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 24 nov.
- CORZINE, Robert (1999). Iraque faz preços do petróleo subirem ainda mais. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 23 nov., p.A-16.

- COTAÇÃO do petróleo indica aumento da produção (2000). **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 mar., p.B10.
- CRESCER chance de a produção aumentar em abril (2000). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 5 mar., p.A-16.
- CRESCER pressão para que Opep aumente produção (2000). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 14 fev., p.A-14.
- DIVIDIDA a OPEP resolve aumentar a produção (2000). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 29 mar., p.A-16.
- ESTOQUE reduzido faz petróleo superar US\$ 30 (2000). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 15 fev., p.B-18.
- EUA querem fim do corte na produção (2000). **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 fev., p.2-1.
- EUA reafirmam estratégia energética no Cáspio (2000). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 29 fev., p.A-24.
- FUSÃO cria maior petrolífera marítima (1999). **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 13 jul., p.B12.
- GATILHO automático da OPEP não é acionado (2000). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 5 jun., p.A-16.
- GIGANTES do setor buscam adaptar-se aos novos tempos (2000). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 29 fev., p.A-24.
- INDÚSTRIA mundial do petróleo reduz ritmo de atividade (). **Business Week**, 10 maio, p.A-12.
- INFORME do Comércio Mundial (2000). Organização Mundial do Comércio Genebra. Disponível na Internet via [WWW.URL:http://www.wto.org](http://www.wto.org).
- IRÃ propõe extensão dos cortes até o 4º trimestre (2000). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 22 fev., p.A-24.
- KRUGMAN, Paul (2000). O cru despertar. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 6 mar., p.B2.
- LELYVELD, Michael (2000). Turkey: U.S. urges solution to Caspian pipeline. Disponível na Internet via [WWW.URL:http://www.rfel.org/nca/features/1999/09/F.RU.990923140826.html](http://www.rfel.org/nca/features/1999/09/F.RU.990923140826.html) Arquivo capturado em 25 maio.
- LIBERALI, Sophia (2000). Custo proibitivo ainda impede o uso de fontes alternativas. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 5 mar., p.B1.

- LIESMAN, Steve et al. (2000). Sucessão de erros na alta do petróleo. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 27 mar., p.15.
- MELLONI, Eugênio (2000). O sobe-e-desce do Ouro Negro. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 5 mar., p.B1.
- MÉXICO admite aumentar sua produção de petróleo (2000). **Folha de São Paulo**, São Paulo, 18 fev., p.2-15.
- MÉXICO prepara-se para as pressões americanas. (2000a). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 16 fev., p.A-12.
- MIRADOR electoral (2000). CNNE Disponível na Internet via [WWW.URL:http://www.cnnspanol.com/mirador.electoral/](http://www.cnnspanol.com/mirador.electoral/) Arquivo capturado em 10 maio.
- MORSE, Edward L. (1983). Liberalização da economia do petróleo. **Economic Impact**, Washington : United States Information Agency, n.47, p.36-41.
- NOVA rodada no Cáspio (2000). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 22 jun., p.A-24.
- OFERTA de petróleo racha OPEP (2000). **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 28 mar., p.13.
- OPEP intervirá se preço continuar a US\$ 30 (2000). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 1 mar., p.A-16.
- OPEP não consegue acordo no primeiro dia de reunião (2000a). **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 mar., p.B6.
- OPEP poderia iniciar uma reversão dos cortes em junho (2000b). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 15 fev., p.A-16.
- PARA especialistas, preço de US\$ 25,00 seria mais aceitável (2000). **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 17 fev., p.B1.
- PETRÓLEO apresenta aumentos modestos (2000). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 7 jun., p.B-17.
- PETRÓLEO despensa nas bolsas internacionais (2000b). **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 30 mar., p.B22.
- PETRÓLEO fecha a US\$ 30,25 o barril em N. York (2000c). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 15 fev., p.A-16.
- PETRÓLEO puxa alta do Dow Jones (2000a). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 15 fev., p.B-9.

- PETRÓLEO rompe su tendencia al alza, EI (1999b). El Mundo, Madrid Disponível na Internet via [WWW.Url:http://nueva-economia.com/99/NE003/NE033-18a.html](http://nueva-economia.com/99/NE003/NE033-18a.html) Arquivo capturado em 17 out.
- PETRÓLEO sube un 150% en lo que va de año y llega a 25 dólares, EI (1999a). El Pais, Madrid. Disponível na Internet via [WWW.URL:http://www.elpais.es/p/d/19991112/economia/petro.htm](http://www.elpais.es/p/d/19991112/economia/petro.htm) Arquivo capturado em 12 nov.
- PETRÓLEO tem maior preço desde fevereiro de 1997 (1999). **Folha de São Paulo**, 8 set., p.2-2.
- PETROLERAS lo han vuelto a hacer, Las (2000). **El Pais**, Madrid Disponível na Internet via [WWW.URL:http://www.elmundo.es/2000/05/23/opinion/23N0026.html](http://www.elmundo.es/2000/05/23/opinion/23N0026.html) Arquivo capturado em 23 maio.
- PRADO, María Clara R. M. (2000). O México, o petróleo e o PRI. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 22 fev., p.A-3.
- PRECIO del barril de petróleo se consolida sobre los 28 dólares, EI (2000). El Pais, Madrid. Disponível na Internet via [WWW.URL:http://www.elpais.es/p/d/20000516/economia/barril.htm](http://www.elpais.es/p/d/20000516/economia/barril.htm) Arquivo capturado em 16 maio.
- PRECIO del crudo baja un 12% en dos semanas y se acerca a los 22 dólares, EI (1999). El Pais, Madrid. Disponível na Internet via [WWW.URL:http://www.elpais.es/p/d/20000411/economia/crudo.htm](http://www.elpais.es/p/d/20000411/economia/crudo.htm) Arquivo capturado em 11 abr.
- PREÇO do barril chega a atingir US\$ 24,60 (1999). **Folha de São Paulo**, São Paulo, 13 nov., p.2-3.
- PREÇO do petróleo cai, mesmo sem acordo na OPEP (2000). **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 29 mar., p.B1.
- PRESIDENTE de la OPEP dice que no es necesario aumentar producción de petróleo, EI (2000). CNNE Disponível na Internet via [WWW.URL:http://www.cnnespanolcom/2000/econ/05/22/oep/index.html](http://www.cnnespanolcom/2000/econ/05/22/oep/index.html) Arquivo capturado em 22 maio.
- PRODUTO volta ao centro das atenções (2000). **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 22 fev., p.B4.
- PROFILE of the world: Iran, A (1999). **Time Almanac**, Boston, US. p.233.
- REFORMISTAS pedem voto feminino no Irã (2000). **Folha de São Paulo**, São Paulo, 14 fev., p.1-10.
- RESERVA de países ricos diminui e petróleo sobe (2000). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 14 fev., p.B-18.

- RICHARDSON não obteve promessa de produtores (2000). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 2 mar., p.A-17.
- RUSOS temen perder el petróleo del Cáspio a manos de EE.UU, Los (1999). CNNE Disponível na Internet via WWW.URL:<http://cnnespanol.com/mundo/europa/1999/11/12/petroleo.bullet/index.html> Arquivo capturado em 12 nov.
- SAUDITA promete esforço para estabilizar preços (2000). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 20 fev., p.A-13.
- SECRETÁRIO americano pressiona produtores (2000). **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 24 fev., p.A-24.
- SIGUE la dieta petrolera (1999). Clarin, Buenos Aires Disponível na Internet via WWW.URL:<http://www.clarin.com/suplementos/economico/ultimo/o-01901e.htm> Arquivo capturado em 26 set.
- TOTTI, Paulo (2000). México prepara-se para as pressões americanas. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 16 fev., p.A-12.
- U.S. support for the Baku-Ceyhan Oil Pipeline (1999). Disponível na Internet via WWW.URL:<http://www.usis-ankara.org.tr/oncasoil.htm> Arquivo capturado em 3 mar.
- WALSH, C. (2000). Gigantes do setor buscam adaptar-se ao novos tempos. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 29 fev., p.A-24.
- WATANABE, Mika (2000). Japão prepara ampliação de seus estoques. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, 5 mar., p.A-15.
- WORLD Economic Outlook (2000). International Monetary Fund Washington DC. Disponível na Internet via WWW.URL:<http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo2000/01/index.htm> Arquivo capturado em April p. 10.